

Nome	Data do despacho	Vínculo	Carreira	Categoria	Escalão	Índice
Maria Cândida Rodrigues Fernandes	23-04-2008	Nomeação definitiva (ex-IPM)	Assistente administrativo.	Assistente administrativo especialista.	4.º	316
Maria de Fátima Ramalho Anacleto de Almeida.	06-05-2008	Nomeação definitiva (ex-IPCR)	Assistente administrativo.	Assistente administrativo especialista.	4.º	316
Maria Fernanda Pereira de Matos Sária Bento.	08-05-2008	Nomeação definitiva (ex-IPM)	Técnico superior ...	Técnico superior de 2.ª classe.	1.º	400
Pedro Azevedo Coutinho Aragão Barros.	23-04-2008	Nomeação definitiva (ex-IPM)	Secretária recepcionista.	Secretária recepcionista principal.	1.º	238
Rosa Maria Inso Pereira Leite Fragoso	23-04-2008	Nomeação definitiva (ex-IPM)	Técnico superior ...	Assessor	1.º	610

Despacho n.º 16380/2008

1 — Foi publicado no *Diário da República* 2.ª série n.º 45 de 04/03/2008, e na Bolsa de Emprego Público da mesma data, o processo de selecção do titular do cargo de Direcção Intermédia de 1.º grau (Director do Departamento de Património Imaterial).

2 — Analisadas as candidaturas verificou-se que o Licenciado Paulo Jorge Moreno Ferreira da Costa reúne todas os requisitos do perfil pretendido, ou seja:

- a) Pós-graduado em Antropologia, e licenciado em Antropologia pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa;
- b) Experiência profissional comprovada nas áreas de competência do Departamento de Gestão;
- c) Experiência na coordenação de equipas pluridisciplinares.

3 — Visto estarmos perante uma candidatura que preenche as condições para exercer o cargo, conforme se constata pela nota curricular em anexo, ao abrigo do n.º 8 do artigo 21.º da Lei n.º 51/2005 de 30 de Agosto, é nomeada em regime de comissão de serviço por três anos, renovável por iguais períodos de tempo, o licenciado Paulo Jorge Moreno Ferreira da Costa no cargo de Director do Departamento de Património Imaterial do Instituto dos Museus e da Conservação (cargo de direcção intermédia de 1.º grau).

4 — A presente nomeação produz efeitos a partir de 1 de Junho de 2008.

3 de Junho de 2008. — O Director, *Manuel Bairrão Oleiro*.

Síntese Curricular

Nome — Paulo Jorge Moreno Ferreira da Costa
 Nacionalidade — Portuguesa
 Categoria — Técnico Superior Principal
 1 — Formação Académica:

Licenciado em Antropologia pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (1991), com Pós-Graduação em Antropologia pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (1993).

2 — Actividade profissional:

Técnico Superior Principal do Instituto dos Museus e da Conservação; Director do Departamento de Património Imaterial do Instituto dos Museus e da Conservação, nomeado em regime de substituição, desde Julho de 2007;

Director de Serviços de Inventário do Instituto Português de Museus, entre Outubro de 2002 e Junho de 2007;

Funções técnicas no Instituto Português de Museus (2002);

Funções técnicas no Museu Nacional de Etnologia (1993 a 2001);

Professor provisório no ensino secundário (1990 a 1992).



PARTE D

3.º JUÍZO DO TRIBUNAL DA COMARCA DE ÁGUEDA

Anúncio n.º 3980/2008

Nova Data para a Convocatória de Assembleia de Credores

Nos autos de Insolvência apresentação n.º 994/08.8TBAGD em que:

Insolvente — Maxline Actividades Saúde Humanas, Sociedade Unipessoal, Lda., NIF — 505369729, Endereço: Lugar do Cruzeiro, n.º 11 — 3.º Piso, Sala D, Fermentelos, 3750-000 Águeda.

Administrador da Insolvência — Dr. Inácio Peres, Endereço: Rua Padre Américo — Edifício Marialva 1.º J. Anadia, 3780-236 Anadia, Telef. 231 515364/231518000, Fax 231512323.

Ficam notificados todos os interessados, de que no processo supra identificado, foi designado o dia 04-07-2008, pelas 10:00 horas, para a realização da reunião de assembleia de credores, em substituição da anterior data, a saber 01-07-2008, às 10:00 horas.

Os credores podem fazer-se representar por mandatário com poderes especiais para o efeito.

É facultada a participação de até três elementos da Comissão de Trabalhadores ou, na falta desta, de até três representantes dos trabalhadores por estes designados (n.º 6 do artigo 72 do CIRE).

Ficam advertidos os titulares de créditos que os não tenham reclamado, e se ainda estiver em curso o prazo fixado na sentença para reclamação,

de que o podem fazer, sendo que, para efeito de participação na reunião, a reclamação pode ser feita na própria assembleia (alínea c n.º 4 do artigo 75.º do CIRE).

20 de Maio de 2008. — A Juíza de Direito, *Susana Direito*. — O Oficial de Justiça, *José Alberto da Silva Lopes*.

300353819

2.º JUÍZO DO TRIBUNAL DA COMARCA DE ALCOBAÇA

Anúncio n.º 3981/2008

Publicidade de sentença e citação de credores e outros interessados, nos autos de Insolvência n.º 1156/08.0TBACB

No Tribunal Judicial de Alcobaca, 2.º Juízo de Alcobaca, no dia 23-05-2008, às 18:30 horas, foi proferida sentença de declaração de insolvência do devedor Alumínios Coelho & Irmão, L.ª, NIF — 507636678, Endereço: Rua Somágua, 45, Pataias, 2445-302 PATAIAS com sede na morada indicada. São administradores do devedor: Carlos Manuel Pereira Vaz Coelho, estado civil: Casado, NIF — 104702940, Endereço: Rua da Somágua, 45, Pataias, 2445-000 Pataias a quem é fixado domicílio na(s) morada(s) indicada(s). Para Administrador da Insolvência é nomeada a pessoa adiante identificada, indicando-se o respectivo domicílio. Carlos

Manuel dos Santos Inácio, NIF 200 704 010, Endereço: Estrada D. Maria Pia, 35, Candeeiros — 2475-015 Benedita.

Ficam advertidos os devedores do insolvente de que as prestações a que estejam obrigados deverão ser feitas ao administrador da insolvência e não ao próprio insolvente. Ficam advertidos os credores do insolvente de que devem comunicar de imediato ao administrador da insolvência a existência de quaisquer garantias reais de que beneficiem.

Declara-se aberto o incidente de qualificação da insolvência com carácter pleno [alínea i) do artigo 36.º do CIRE]. Para citação dos credores e demais interessados correm éditos de 5 dias. Ficam citados todos os credores e demais interessados de tudo o que antecede e ainda: O prazo para a reclamação de créditos foi fixado em 30 dias. O requerimento de reclamação de créditos deve ser apresentado ou remetido por via postal registada ao administrador da insolvência nomeado, para o domicílio constante do presente anúncio (n.º 2 artigo 128.º do CIRE), acompanhado dos documentos probatórios de que disponham. Mesmo o credor que tenha o seu crédito por reconhecido por decisão definitiva, não está dispensado de o reclamar no processo de insolvência (n.º 3 do artigo 128.º do CIRE).

Do requerimento de reclamação de créditos deve constar (n.º 1, artigo 128.º do CIRE): A proveniência do(s) crédito(s), data de vencimento, montante de capital e de juros; As condições a que estejam subordinados, tanto suspensivas como resolutivas; A sua natureza comum, subordinada, privilegiada ou garantida, e, neste último caso, os bens ou direitos objecto da garantia e respectivos dados de identificação registral, se aplicável; A existência de eventuais garantias pessoais, com identificação dos garantidos; A taxa de juros moratórios aplicável. É designado o dia 14-07-2008, pelas 10:00 horas, para a realização da reunião de assembleia de credores de apreciação do relatório, podendo fazer-se representar por mandatário com poderes especiais para o efeito.

É facultada a participação de até três elementos da Comissão de Trabalhadores ou, na falta desta, de até três representantes dos trabalhadores por estes designados (n.º 6 do artigo 72 do CIRE). Da presente sentença pode ser interposto recurso, no prazo de 10 dias (artigo 42.º do CIRE), e ou deduzidos embargos, no prazo de 5 dias (artigo 40.º e 42 do CIRE). Com a petição de embargos, devem ser oferecidos todos os meios de prova de que o embargante disponha, ficando obrigado a apresentar as testemunhas arroladas, cujo número não pode exceder os limites previstos no artigo 789.º do CPC (alínea c do n.º 2 do artigo 24.º do CIRE). Ficam ainda advertidos que os prazos para recurso, embargos e reclamação de créditos só começam a correr finda a dilação e que esta se conta da publicação do anúncio. Os prazos são contínuos, não se suspendendo durante as férias judiciais (n.º 1 do artigo 9.º do CIRE). Terminando o prazo em dia que os tribunais estiverem encerrados, transfere-se o seu termo para o primeiro dia útil seguinte.

Informação — Plano de Insolvência

Pode ser aprovado Plano de Insolvência, com vista ao pagamento dos créditos sobre a insolvência, a liquidação da massa e a sua repartição pelos titulares daqueles créditos e pelo devedor (artigo 192 do CIRE). Podem apresentar proposta de Plano de Insolvência o administrador da insolvência, o devedor, qualquer pessoa responsável pelas dívidas da insolvência ou qualquer credor ou grupo de credores que representem um quinto do total dos créditos não subordinados reconhecidos na sentença de graduação de créditos ou, na falta desta, na estimativa do Sr. Juiz (artigo 193.º do CIRE).

27 de Maio de 2008. — A Juíza de Direito, *Sónia Gonçalves Costa*. — O Oficial de Justiça, *Hamilton Pereira*.

300378557

2.º JUÍZO DO TRIBUNAL DA COMARCA DE ELVAS

Anúncio n.º 3982/2008

Processo: 7083/06.8TBGMR
Insolvência pessoa colectiva (requerida)
N/Referência: 872985

Credor: Freitas & Marques Freitas, L.^{da}
Insolvente: Ortelina Arlete e Luís, L.^{da}

Ortelina Arlete e Luís, L.^{da}, NIF 500914788, Endereço: Rua da Feira, 6, r/c, C, Elvas, 7350-000 Elvas

Dr(a). Graciela M. Coelho, Endereço: Av. António Domingues dos Santos, 68, Sala A A, Edf Avenidas, 4460-236 Senhora da Hora

Ficam notificado todos os interessados, de que o processo supra identificado, foi encerrado.

A decisão de encerramento do processo foi determinada por: despacho de 29/08/2007

Efeitos do encerramento: Falta de bens susceptíveis de serem apreendidos, na massa insolvente, e a não oposição dos credores.

1 de Setembro de 2007. — A Juíza de Direito, *Susana Marques Madeira*. — O Escrivão de Direito, *Eurico Branca*.

300040834

2.º JUÍZO DO TRIBUNAL DA COMARCA DE FELGUEIRAS

Anúncio n.º 3983/2008

Insolvência de pessoa colectiva (apresentação)
Processo n.º 1121/07.4TBFLG

Convocatória de assembleia de credores nos autos de insolvência acima identificados, em que são:

Insolvente — Fábrica de Calçado Kilas, L.^{da}, com número de identificação fiscal 500822263 e endereço no apartado 10, Trofa, Pombeiro, 4611-854 Felgueiras;

Administrador — Jorge Ruben Fernandes Rego, com endereço na Rua de Álvaro Castelões, 821,S/3.2, 4450-043 Matosinhos.

Ficam notificado todos os interessados de que no processo supra-identificado foi designado o dia 9 de Junho de 2008, pelas 14 horas, para a realização da reunião de assembleia de credores para discussão e aprovação do plano de insolvência.

Fica ainda notificado de que nos 10 dias anteriores à realização da assembleia todos os documentos referentes ao plano de insolvência se encontram à disposição dos interessados na secretaria do Tribunal.

Os credores podem fazer-se representar por mandatário com poderes especiais para o efeito.

É facultada a participação de até três elementos da comissão de trabalhadores ou, na falta desta, de até três representantes dos trabalhadores por estes designados (n.º 6 do artigo 72.º do CIRE).

20 de Maio de 2008. — A Juíza de Direito, *Ana Gabriela P. S. Fonseca Freitas*. — O Oficial de Justiça, *Conceição Pinheiro*.

300359984

1.º JUÍZO DO TRIBUNAL DE COMÉRCIO DE LISBOA

Anúncio n.º 3984/2008

Insolvência de pessoa colectiva (requerida)
Processo n.º 501/07.0TYLSB

Publicidade de sentença e citação de credores e outros interessados nos autos de insolvência

Referência — 1133124.

Credor — Reno de Medici Iberica SI Unip.

Insolvente — Morbidela — Comércio Internacional, L.^{da}

No Tribunal do Comércio de Lisboa, 1.º Juízo de Lisboa, no dia 2 de Abril de 2008, ao meio-dia, foi proferida sentença de declaração de insolvência do devedor Morbidela — Comércio Internacional, L.^{da}, com número de identificação fiscal 503206938 e sede no endereço da Rua de Andrade Corvo, 21 e 23, Buraca, 2700 Amadora.

É administrador do devedor Graciano Vicente Mendonça, a quem é fixado domicílio no endereço da Rua da Ponte de Vila Nova, 1, 3770 Oliveira do Bairro.

Para administrador da insolvência é nomeada Graça Isabel Ferreira Lopes Cunha, com domicílio no endereço da Rua do Professor Prado Coelho, 28, 1.º, direito, 1600-654 Lisboa.

Ficam advertidos os devedores do insolvente de que as prestações a que estejam obrigados deverão ser feitas ao administrador da insolvência e não ao próprio insolvente.

Ficam advertidos os credores do insolvente de que devem comunicar de imediato ao administrador da insolvência a existência de quaisquer garantias reais de que beneficiem.

Declara-se aberto o incidente de qualificação da insolvência com carácter pleno [alínea i) do artigo 36.º do CIRE].

Para citação dos credores e demais interessados correm éditos de cinco dias.

Ficam citados todos os credores e demais interessados de tudo o que antecede e ainda:

O prazo para a reclamação de créditos foi fixado em 30 dias;